

**EDITAL****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0006/2026****CONTROLE COMPRASNET Nº 90.006/2026****FUNDAÇÃO CAEd****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****Processo nº:** AL 0111/2026**Tipo:** MENOR VALOR POR ITEM**Modo de disputa:** Aberto**Data:** 08 de julho de 2026**Horário:** 09:30 (nove horas e trinta minutos - horário de Brasília/DF)**Local:** <https://www.comprasnet.gov.br>

A **FUNDAÇÃO CAEd – Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação**, mediante o (a) pregoeiro(a), designado(a) pela **Portaria nº 02/2026, de 28/01/2026**, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços**, do tipo **MENOR VALOR POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento obedecerá ao disposto no Decreto 8.241/14, e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis.

**I. DO OBJETO**

- 1.1. A presente licitação, pelo Sistema de Registro de Preços, tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de itens de tecnologia da informação (TI), em atendimento às necessidades do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, conforme especificações técnicas descritas neste Edital.
- 1.2. Os objetos a serem adquiridos nesse processo enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio das especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

**1.3. Em caso de discordância entre as especificações dos itens descritos no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

## **II. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital, na data, horário e endereço indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

2.2.1. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem à data da sessão deste certame serão considerados válidos.

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Edital e não apresentem os documentos nele exigidos, em original ou cópia autenticada por Cartório de Notas;

2.3.2. Em recuperação extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação extrajudicial;

2.3.3. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública e/ou com a Fundação CAEd suspenso; ou que, por estas, tenham sido declaradas inidôneas, punidas nos termos do artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

2.3.3.1 O impedimento de que trata o item 2.3.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.4. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.5. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

2.3.6. Da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação;

2.3.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.3.9. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017). É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os itens objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas

no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos;

2.3.10. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.11. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da entidade contratante ou com funcionário que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.12. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4. Os participantes deverão manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital, e aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

2.5. Os participantes deverão acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, durante a sessão pública deste pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. A empresa envolvida na execução do objeto deverá cumprir regularmente as etapas do procedimento licitatório, apresentando os documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal.

### III. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

3.1.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema Eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

3.2. Os participantes deverão estar **previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis (não incluídos estes) antes da data de realização do pregão.**

3.3. O credenciamento do participante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema Eletrônico implica na responsabilidade legal do participante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5. O uso da senha de acesso pelo participante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema Eletrônico ou à Fundação CAEd, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O encaminhamento da proposta pressupõe o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O proponente declarará no Sistema Eletrônico, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se a sanções legais na hipótese de declaração falsa.

#### IV. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do participante e subsequente encaminhamento dos valores totais para cada item cotado, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão de lances do pregão, horário de Brasília/DF, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

4.1.1. O julgamento das propostas ocorrerá pelo critério do **MENOR VALOR POR ITEM**, conforme especificado no Anexo I.

4.2. A Proposta de Preços assinada (digitalizada), contendo as especificações do objeto ofertado devidamente detalhada, já atualizada com o último lance dado, deverá ser formulada e ANEXADA no COMPRASNET, na tela própria, no prazo de até 02 (duas) horas do término da etapa de lances da sessão pública, após convocação pelo(a) pregoeiro(a). Qualquer dificuldade ou impedimento no processo de anexação de arquivos no COMPRASNET deverá ser comunicado imediatamente à FUNDAÇÃO CAEd, via e-mail: [licitacao@fundacaocaed.org.br](mailto:licitacao@fundacaocaed.org.br), dentro deste mesmo prazo, sob pena de desclassificação automática da empresa.

4.2.1. Posteriormente, poderá, a critério do(a) pregoeiro(a), ser solicitado o envio dos originais ou cópias autenticadas da proposta/documentação completa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ao SETOR DE AQUISIÇÕES E LICITAÇÕES da Fundação CAEd, no endereço indicado nesse Edital, devendo ser, neste caso, informado, obrigatoriamente por e-mail (e confirmado o recebimento), o código do envio via correios para rastreamento, imediatamente após à respectiva postagem. O não cumprimento do prazo de entrega da documentação original ou autenticada supracitada, ou o não envio do código de rastreamento no mesmo prazo acima, QUANDO SOLICITADO, acarretará a desclassificação automática da empresa e a mesma poderá sofrer punições cabíveis.

4.2.2. A proposta de preços deverá conter o seguinte:

4.2.2.1. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão. Caso esse prazo seja omitido, o(a) pregoeiro(a) entenderá como sendo igual ao previsto neste subitem.

4.2.2.2. Descrição clara e completa dos produtos oferecidos, indicando o quantitativo e suas especificações detalhadas, conforme listagem de itens do Anexo I deste Edital.

4.2.2.3. Catálogo e/ou manual dos produtos com especificação completa e detalhada, quando cabível.

4.2.2.4. Declaração expressa de que os preços propostos abrangem todos os insumos, incluindo quaisquer custos, despesas e encargos de qualquer natureza, como impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras parcelas que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste certame, sendo vedado ao licitante vencedor qualquer pleito posterior a este título.

4.2.2.5. Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.2.2.6. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte que pretendam se valer dos benefícios previstos pela Lei Complementar nº 123/2006, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.2.7. Declaração de que a empresa manifesta conhecimento e atendimento a todas as exigências previstas neste Edital e que está apta a fornecer os produtos a partir da assinatura da ata.

4.2.2.8. Declaração expressa de que a empresa emite NOTA FISCAL DE VENDA.

4.2.2.9. Declaração de que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.3. Incumbirá ao Participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 4.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao prazo ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.
- 4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.8. Não será admitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

## V. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A partir das **09h30 (nove horas e trinta minutos)** do dia **08/07/2026**, e em conformidade com o subitem 4.1 do Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico SRP 0006/2026 – FUNDAÇÃO CAEd**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.

5.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Após a abertura da sessão, o(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema Eletrônico, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.

5.2. A comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e os participantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

## VI. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os participantes poderão encaminhar lances para cada item cotado, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo os participantes imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.1. Os participantes poderão oferecer lances sucessivos para cada item, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos. O julgamento dar-se-á pelo MENOR VALOR POR ITEM.

6.3. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais participantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.4. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da seleção pública do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos participantes para a recepção dos lances.

6.4.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da seleção pública do Pregão Eletrônico poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) pregoeiro(a) aos participantes.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão.

6.6.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.6.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.6.3. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 01 % (um por cento).

6.8. Terminada a etapa de lances, o Sistema Eletrônico identificará se o participante de menor preço é Microempresa (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), beneficiada na forma da Lei Complementar nº 123/2006, prosseguindo-se a sessão, em caso positivo, com os seguintes procedimentos:

6.8.1. No caso de a primeira colocada não ser beneficiária da Lei Complementar nº 123/06, o Sistema identificará dentre as propostas até 5% (cinco por cento) superiores ao menor valor existência de ME ou EPP, para fins de exercício da preferência na contratação.

6.8.2. O sistema permitirá a ME ou EPP identificada como beneficiária ofertar valor inferior ao lance anteriormente registrado, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após mensagem emitida automaticamente.

6.8.3. Caso a primeira ME ou EPP não exerça o direito de preferência no tempo estabelecido, o sistema concederá às demais que estiverem no intervalo dos 5% (cinco por cento), obedecida à mesma ordem de classificação de suas ofertas e, sucessivamente, em igualdade de oportunidade e tempo, o exercício de preferência, até que se aponte a classificação.

6.8.4. Para usufruir o benefício da Lei Complementar, a ME ou EPP deverá estar obrigatoriamente acompanhando a sessão pública no Sistema Eletrônico.

6.9. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do exercício de preferência na Lei Complementar nº 123/06, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao participante que tenha apresentado o lance de menor valor para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação. Não serão negociadas condições diferentes das previstas neste edital.

6.10. Os participantes deverão apresentar, ainda, todas as declarações e demais exigências contidas no item VIII.

6.11. **IMPORTANTE:** ao formularem as propostas, os participantes deverão oferecer lances no valor total do item, observando que o valor total dividido pelo quantitativo requerido não pode resultar num valor unitário que extrapole o número de duas casas decimais após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, o(a) pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar os itens fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor unitário (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), multiplicado pelo quantitativo resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado.

6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## **VII. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

7.1. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o Regulamento de Compras da Fundação CAEd, baseado no Decreto nº 8.241/14, em especial tendo em vista o tipo de licitação mencionado no art.33, inciso I, da Lei nº 14.133/21 (MENOR VALOR POR ITEM).

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Fundação CAEd;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.4. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.5. O(A) pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas de preços, decidindo sobre aceitação dos preços obtidos. A Fundação CAEd poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

7.6. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se os participantes desatenderem às exigências habilitatórias, inclusive com relação à aceitabilidade das amostras/vistorias apresentadas, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.6.1. Ocorrendo a situação a que se refere este item, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.6.2. Após a etapa de lances, não poderá haver desistência da proposta, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste edital e seus ANEXOS.

## **VIII. DA HABILITAÇÃO**

8.1. O participante interessado em participar do presente Pregão deverá estar cadastrado e habilitado nos níveis I, II, III, IV e VI do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a IN/MPOG nº 02/10.

8.2. A habilitação nos níveis I, II, III, IV e VI no SICAF, do participante vencedor, será verificada on-line no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, constituindo irregularidade a indisponibilidade do cadastro para consulta, em razão do seu vencimento, desativação, suspensão ou vencimento de qualquer certidão referente às fases habilitatórias exigidas nesta licitação.

8.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro. A comprovação far-se-á mediante a apresentação dos documentos a seguir listados:

### **I – Habilitação jurídica:**

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública.

## **II – Regularidade fiscal:**

- a) Prova de inscrição no CPF ou CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
  - c.1) A regularidade junto ao SICAF do fornecedor considerado isento dos tributos estaduais ou municipais será comprovada mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em cumprimento à Lei nº 12.440, de 07/07/11, que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do participante (a disponibilidade da certidão válida e regular no respectivo site poderá suprir a ausência de sua apresentação).

## **III – Qualificação econômico-financeira:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

b) Comprovação da boa situação financeira do participante vencedor, aferida com base na consulta dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um ( $>1$ ). Tais índices deverão ser apresentados em documento assinado por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a um em quaisquer dos índices referidos anteriormente deverão comprovar, através da apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, possuir Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da presente licitação, conforme estabelecido no artigo 69, da Lei nº 14.133/21.

#### IV – Qualificação técnica exigida:

a) A LICITANTE deverá apresentar o mínimo de 01 (um) declaração/atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter aptidão para o **fornecimento de produto compatível com o objeto** do presente Edital, vedada a autodeclaração.

a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado;

a.2) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante;

a.3) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

b) A CONTRATADA poderá solicitar diligências, para sanar dúvidas, incluindo cópias de contratos e notas fiscais relacionados com o(s) atestado (s) apresentado(s).

c) **Poderão, subsidiariamente, ser solicitadas amostras dos itens para aprovação técnica**, devendo estas serem enviadas em até **05 (cinco) dias úteis** após a solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE. Este prazo poderá ser prorrogado, conforme acordado entre as partes.

c.1) O prazo de envio poderá ser revisto mediante solicitação da licitação e aceite da Fundação CAEd.

c.2) Caso a primeira amostra encaminhada não seja aprovada, poderá ser dada a oportunidade para que se providencie os ajustes indicados e encaminhe nova amostra nos mesmos prazos acima definidos, desde que o motivo da primeira reprovação seja considerado como algo que possa ser facilmente corrigido e não esteja relacionado à qualidade.

8.5. Todos os participantes, inclusive os optantes pelo SICAF, deverão enviar, obrigatoriamente, de forma virtual, no momento da elaboração e envio da proposta, os seguintes documentos:

- 8.5.1. Declaração independente de proposta, de acordo com a Instrução Normativa nº 02, de 16/09/2009, publicada no DOU, nº 178, seção I, pág. 80, de 17/09/09;
- 8.5.2. Declaração de Inexistência de fato superveniente para sua habilitação no presente processo licitatório e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.5.3. Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;
- 8.5.4. Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado;
- 8.5.5. Declaração ME/EPP/COOP, quanto ao enquadramento como microempresa ou empresas de pequeno porte, emitida em papel timbrado, caso tenha intenção de se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06, de acordo com o artigo 43, § 1º e § 2º.
- 8.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará os participantes às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021.
- 8.7. São partes integrantes da habilitação as autorizações, licenças e certificados especificados neste Edital, bem como os que porventura não tenham sido previstos, mas que sejam exigíveis por força de lei ou outro ato normativo para a execução do objeto do certame.
- 8.7.1. Para todos os efeitos deste item considera-se participante vencedor aquele que ofereceu melhor oferta, e, sendo esta recusada por qualquer motivo ou sendo este inabilitado, proceder-se-á à habilitação do detentor do segundo MENOR VALOR POR ITEM e assim sucessivamente.
- 8.8. A documentação relativa às microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser apresentada de acordo com o art. 43, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.
- 8.9. Os participantes deverão observar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Decreto nº 8.241/2014, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.
- 8.10. A apresentação de situação regular no SICAF por parte do participante eximirá a obrigatoriedade da apresentação das certidões descritas no item 8.4 do Edital, exceto da letra “c.1” do subitem II (1ª parte), letra “a” do subitem III e subitem IV (completo).
- 8.10.1. Caso o participante vencedor seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constituída na forma da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Fundação CAEd, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas

ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme disposto no §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **IX. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

9.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a esta Seleção Pública do Pregão Eletrônico deverão ser enviados ao(à) pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis anteriores (não incluindo estes) à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do e-mail institucional [licitacao@fundacaocaed.org.br](mailto:licitacao@fundacaocaed.org.br).

9.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.1.2. Os pedidos de esclarecimento e a impugnação não possuem efeito suspensivo.

9.1.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de licitação, nos autos do processo de licitação.

9.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## **X. DOS RECURSOS**

10.1. Declarado o vencedor, qualquer participante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido, se for o caso, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, via site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), ficando os demais participantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem, através do mesmo site, contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada dos participantes quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o(a) pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao participante declarado vencedor.

10.2. É assegurado aos participantes vista imediata dos atos do pregão no SETOR DE AQUISIÇÕES e LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO CAEd, com finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

10.3. A decisão do(a) pregoeiro(a) deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

10.4. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

10.5. Qualquer recurso contra decisão do(a) pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.

10.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax ou e-mail. Todos deverão ser apresentados no site do COMPRASNET.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na FUNDAÇÃO CAEd, situada na Rua Doutor Romualdo, nº 53, São Mateus, Juiz de Fora/MG, CEP 36025-005 ou em outro endereço a ser informado quando da manifestação do interesse na vista dos autos.

10.8. As razões dos recursos deverão ser apresentadas via site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo analisadas pela autoridade competente da FUNDAÇÃO CAEd, a qual decidirá sobre os recursos após apreciação do parecer do(a) pregoeiro(a).

## **XI. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto deste pregão será adjudicado pelo(a) pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

11.2. A homologação deste pregão é atribuição da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

11.3. A FUNDAÇÃO CAEd enviará o respectivo instrumento para assinatura por meio eletrônico (e-mail), devendo o participante vencedor devolvê-lo devidamente assinado, no prazo de 48 horas, por sedex.

11.4. O prazo de convocação do participante vencedor poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela FUNDAÇÃO CAEd.

11.5. No caso de o participante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço, sem prejuízo das punições previstas nesse Edital, o(a) pregoeiro(a) poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com o participante seguinte antes de efetuar seu registro.

11.6. A existência de preços registrados não obriga a FUNDAÇÃO CAEd a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente motivada, sendo assegurada ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **XII. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. A vigência da Ata de Registro de Preço deste pregão será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada.

## **XIII. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

13.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, ou de redução dos preços praticados no mercado.

13.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, a FUNDAÇÃO CAEd, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

13.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela FUNDAÇÃO CAEd, o proponente registrado será convocado pela FUNDAÇÃO CAEd para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

## **XIV. DO REAJUSTE**



- 14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.
- 14.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 14.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.7. As partes poderão pactuar sobre o afastamento da incidência do reajuste, bem como dispor sobre a aplicação de índices diversos.

## **XV. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Poderá sofrer sanções, como o impedimento de participar de seleções públicas, licitações e de contratar com a FUNDAÇÃO CAEd, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicando-se, no que for compatível com as normas que regem as fundações de apoio, o art. 155 da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o participante que:

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;

h) Comportar-se de modo inidôneo;

i) Declarar informações falsas; e

j) Cometer fraude fiscal.

15.2. Havendo descumprimento de obrigações, será remetida notificação à empresa, por meio de ofício, mediante contrarrecibo, estabelecendo prazo imediato para cumprimento dos encargos descumpridos.

15.3. Descumprido o prazo estipulado no item 15.2 ou caso não seja possível a resolução de falha identificada, em razão do decurso do tempo, a empresa vencedora poderá ser advertida, o que se decidirá após procedimento sancionador simplificado, conduzido pela Fundação CAEd.

15.4. Caso a gravidade do inadimplemento exigir a aplicação de penalidade superior à prevista no item anterior, aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato a cada ocorrência incorrida pela Empresa vencedora, sem prejuízo das demais penalidades.

15.5. Não havendo mais interesse da FUNDAÇÃO CAEd na execução do objeto, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da empresa vencedora de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, nos termos do inciso II do art. 156 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da reparação de eventuais danos suportados pela FUNDAÇÃO CAEd.

15.6. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a empresa vencedora, aplicando-se, no que for compatível com as normas que regem as fundações de apoio, a Lei 14.133/21.

15.7. Qualquer penalidade somente será aplicada após regular processo administrativo simplificado, no bojo do qual serão garantidos à participante o contraditório e a ampla defesa.

15.8. As penalidades previstas poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos comprovados.

## **XVI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas do Decreto nº 8.241/2014 e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **XVII. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado através de crédito em conta da CONTRATADA ou boleto bancário, em até 30 (trinta) dias após a correta emissão e envio da **NOTA FISCAL DE VENDA** ao seguinte endereço de e-mail: nfe@fundacaocaed.org.br.

17.2. O pagamento à CONTRATADA estará condicionado à verificação e confirmação do correto recebimento dos produtos pela CONTRATANTE.

17.3. Deverá ser emitida uma nota fiscal referente a cada solicitação encaminhada, ou seja, para cada Pedido de Compra enviado pela CONTRATANTE.

17.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

17.4.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento dos impostos.

17.4.2. A FUNDAÇÃO CAEd não possui inscrição estadual.

17.4.3. Deverão constar obrigatoriamente no corpo da nota fiscal/fatura as seguintes informações:

a) O número do Processo; **AL 0111/2026**

b) O número do Pregão Eletrônico; **PE SRP 0006/2026**

c) A identificação do **PROGRAMA/PROJETO**.

## **XVIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

- 18.2. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por e-mail, ao(à) Pregoeiro(a), no endereço eletrônico [licitacao@fundacaocaed.org.br](mailto:licitacao@fundacaocaed.org.br), mediante confirmação de recebimento.
- 18.3. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
- 18.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do participante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 18.5. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública do pregão.
- 18.6. Os participantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.7. Os participantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas de preços.
- 18.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito do participante ao fornecimento à FUNDAÇÃO CAEd.
- 18.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, salvo disposição em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FUNDAÇÃO CAEd.
- 18.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurada prévia manifestação dos interessados.
- 18.11. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do item 15.1 do presente Edital, o lance é considerado proposta.
- 18.12. O participante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.
- 18.13. Incumbirá ao participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

18.14. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, no que for compatível com o regime jurídico aplicável às fundações de apoio (Lei nº 8.958/94).

18.15. Para todos os efeitos, os anexos do presente Edital são partes integrantes do mesmo, inclusive para fins de vinculação das partes.

18.16. Os dados fornecidos pelos participantes ao SICAF serão adotados como dados oficiais neste certame para todos os efeitos (contatos telefônicos, fax, e-mail, nome do responsável pela assinatura de atas, contratos, etc.), sendo necessário, portanto, atualização constante do cadastro.

18.17. As comunicações encaminhadas às licitantes/contratadas através do e-mail por elas fornecido considerar-se-ão recebidas após 24 horas de seu envio (excluindo-se feriados nacionais e finais de semana), caso não haja confirmação de recebimento e/ou resposta em prazo inferior. Desse modo, os prazos eventualmente assinalados para manifestação ou prática de atos começarão a correr após o decurso desse período, não cabendo reclamação posterior ou alegação de desconhecimento ou falta de ciência do conteúdo remetido.

18.18. A empresa vencedora deverá rejeitar qualquer pedido/solicitação de compra do objeto ora contratado que não tenha partido do Setor de Aquisições da FUNDAÇÃO CAEd, exceto se formalmente autorizada para tal, por meio de documento específico.

## **XIX. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

19.1. A Fundação CAEd realizará o tratamento dos dados pessoais apresentados pelos licitantes, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais (LGPD), procedendo à coleta, recepção, tratamento e armazenamento dos dados necessários, com fundamento nas hipóteses do art. 7º, incisos II e V, da referida lei. Os dados pessoais serão armazenados e mantidos nas bases de dados da Fundação CAEd pelo prazo necessário ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares a que a entidade está sujeita, conforme permissivos do art. 16 da LGPD.

## **XX. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

20.1. Fica **expressamente proibida** a cessão de direitos creditórios relativos aos pagamentos devidos pela Contratante, sendo nula de pleno direito qualquer tentativa de cessão sem o consentimento formal e por escrito da autoridade competente.

## **XXI. DO FORO**

21.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Comum da Comarca de Juiz de Fora/MG.

Juiz de Fora, 19 de junho de 2026.

Luiz Carlos Piacenti Salvioni/Sabrina Ferreira

Gerência de Aquisições e Eventos

FUNDAÇÃO CAEd

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0006/2026**

**CONTROLE COMPRASNET Nº 90.003/2026**

**FUNDAÇÃO CAEd**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Processo nº: AL 0111/2026**

**Tipo: MENOR VALOR POR ITEM**

**Modo de disputa: Aberto**

**Data: 08 de julho de 2026**

**Horário: 09:30** (nove horas e trinta minutos - horário de Brasília/DF)

**Local:** <https://www.comprasnet.gov.br>

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**AQUISIÇÃO DE ITENS DE TI**

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, de empresas especializadas em fornecimento de itens de tecnologia da informação (TI), em atendimento às necessidades do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação –CAEd, conforme especificações técnicas e quantitativos máximos estimados definidos na tabela a seguir:

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	MARCAS/ MODELO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA
		CATEGORIA: 5E, U/UTP; NORMAS: ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS NORMAS ANSI/TIA-568 E ISO/IEC 11801; CERTIFICAÇÃO:	FURUKAWA, LEGRAND,	UNIDADE	

1	CABO CAT 5E	PRODUTO HOMOLOGADO PELA ANATEL COM CERTIFICADO VÁLIDO; CONDUTOR: COBRE SÓLIDO 100% (VEDADO USO DE CCA/ALUMÍNIO REVESTIDO DE COBRE); BITOLA: MÍNIMA DE 24 AWG; CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: IMPEDÂNCIA DE 100 OHMS $\pm$ 15% E FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO ATÉ 100 MHZ; CONSTRUÇÃO: 4 PARES TRANÇADOS; DESEMPENHO: SUPORTE A REDES 10/100/1000 MBPS (GIGABIT ETHERNET) COM ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS NEXT, FEXT, ATENUAÇÃO E RETURN LOSS; REVESTIMENTO: CAPA EXTERNA EM PVC OU LSZH COM CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA CM; COR: AZUL; IDENTIFICAÇÃO: MARCAÇÃO SEQUENCIAL MÉTRICA NA CAPA COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E CATEGORIA; EMBALAGEM: CAIXA TIPO PULL BOX COM 305 METROS; GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: EXIGÊNCIA DE CATÁLOGO TÉCNICO, FICHA TÉCNICA COMPLETA E CERTIFICADO ANATEL.	NEXANS OU DE QUALIDADE EQUIVALENT E OU SUPERIOR		50
2	GRAVADOR DE ÁUDIO DIGITAL	FORMATO DE GRAVAÇÃO: MP3/WAV (MODO VAR/VOR COM ATIVAÇÃO POR VOZ). MICROFONE: INTEGRADO DE ALTA SENSIBILIDADE ALTO-FALANTE: EMBUTIDO, PERMITE OUVIR GRAVAÇÕES DIRETAMENTE NO APARELHO TELA: LCD COM ILUMINAÇÃO COLORIDA BATERIA: INTERNA RECARREGÁVEL (LÍTIO), COM DURAÇÃO DE ATÉ 12 H DE GRAVAÇÃO CONTÍNUA CONECTIVIDADE: USB PARA TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVOS; ENTRADA P2 PARA MICROFONE EXTERNO; ADAPTADOR RJ-11 PARA GRAVAÇÃO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS GRAVAÇÃO INTELIGENTE (INÍCIO AUTOMÁTICO COM DETECÇÃO DE SOM) REGISTRO DE DATA E HORA NO FORMATO 24 H CANCELAMENTO DE RUÍDO BÁSICO. MEMÓRIA INTERNA: MÍNIMO DE 8 GB	TOMATE MT-559, VANDLION V-52 OU DE QUALIDADE EQUIVALENT E OU SUPERIOR	UNIDADE	40

1.2. Os objetos a serem adquiridos nesse processo enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio das especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

1.3. O critério de julgamento a ser adotado será o de **MENOR VALOR POR ITEM**.

### **ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

1.4. Os equipamentos deverão estar de acordo com as especificações e quantitativos contidos no ANEXO I do presente Termo de Referência.

1.5. Todos os insumos e suprimentos necessários à execução do objeto deverão ser fornecidos pelas empresas CONTRATADAS e deverão integrar o cálculo do custo na proposta de preços.

1.6. O ANEXO I apresenta a relação dos itens contendo as especificações, quantitativo e valores máximos estimados

### **VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS**



1.7. Para a aquisição dos itens objeto do presente certame, atribui-se o valor máximo de **R\$ 60.393,20** (sessenta mil, trezentos e noventa e três reais e vinte centavos), conforme tabela abaixo:

ITEM	OBJETO	ESPECIFICAÇÃO	MARCAS/ MODELO DE REFERÊNCIA	LINK DE REFERÊNCIA	QUANT. ESTIMADA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CABO CAT 5E	CATEGORIA: 5E, U/UTP; NORMAS: ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS NORMAS ANSI/TIA-568 E ISO/IEC 11801; CERTIFICAÇÃO: PRODUTO HOMOLOGADO PELA ANATEL COM CERTIFICADO VÁLIDO; CONDUTOR: COBRE SÓLIDO 100% (VEDADO USO DE CCA/ALUMÍNIO REVESTIDO DE COBRE); BITOLA: MÍNIMA DE 24 AWG; CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: IMPEDÂNCIA DE 100 OHMS $\pm$ 15% E FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO ATÉ 100 MHZ; CONSTRUÇÃO: 4 PARES TRANÇADOS; DESEMPENHO: SUPORTE A REDES 10/100/1000 MBPS (GIGABIT ETHERNET) COM ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS NEXT, FEXT, ATENUAÇÃO E RETURN LOSS; REVESTIMENTO: CAPA EXTERNA EM PVC OU LSZH COM CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA CM; COR: AZUL; IDENTIFICAÇÃO: MARCAÇÃO SEQUENCIAL MÉTRICA NA CAPA COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E CATEGORIA; EMBALAGEM: CAIXA TIPO PULL BOX COM 305 METROS; GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: EXIGÊNCIA DE CATÁLOGO TÉCNICO, FICHA TÉCNICA COMPLETA E CERTIFICADO ANATEL	FURUKAWA, LEGRAND, NEXANS OU DE QUALIDADE EQUIVALENT E OU SUPERIOR	<a href="https://www.amazon.com.br/Caixa-Cat5e-Furukawa-SohoPlus-305-Mts/dp/B09QZZLG69?th=1">https://www.amazon.com.br/Caixa-Cat5e-Furukawa-SohoPlus-305-Mts/dp/B09QZZLG69?th=1</a>	50	R\$ 1.053,08	R\$ 52.654,00
2	GRAVADOR DE ÁUDIO DIGITAL	FORMATO DE GRAVAÇÃO: MP3/WAV (MODO VAR/VOR COM ATIVAÇÃO POR VOZ). MICROFONE: INTEGRADO DE ALTA SENSIBILIDADE ALTO-FALANTE: EMBUTIDO, PERMITE OUVIR GRAVAÇÕES DIRETAMENTE NO APARELHO TELA: LCD COM ILUMINAÇÃO COLORIDA BATERIA: INTERNA RECARREGÁVEL (LÍTIO), COM DURAÇÃO DE ATÉ 12 H DE GRAVAÇÃO CONTÍNUA CONECTIVIDADE: USB PARA TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVOS; ENTRADA P2 PARA MICROFONE EXTERNO; ADAPTADOR RJ-11 PARA GRAVAÇÃO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS GRAVAÇÃO INTELIGENTE (INÍCIO AUTOMÁTICO COM DETECÇÃO DE SOM) REGISTRO DE DATA E HORA NO FORMATO 24 H CANCELAMENTO DE RUÍDO BÁSICO. MEMÓRIA INTERNA: MÍNIMO DE 8 GB	TOMATE MT-559, VANDLION V-52 OU DE QUALIDADE EQUIVALENT E OU SUPERIOR	<a href="https://www.mercadolivre.com.br/gravador-de-voz-profissional-portatil-digital-tomate-preto/up/MLBU3846151872?matt_tool=18956390&amp;utm_source=google_shopping&amp;utm_medium=organic&amp;pdp_filters=item_id%3AMB4526739177&amp;from=gs-hop">https://www.mercadolivre.com.br/gravador-de-voz-profissional-portatil-digital-tomate-preto/up/MLBU3846151872?matt_tool=18956390&amp;utm_source=google_shopping&amp;utm_medium=organic&amp;pdp_filters=item_id%3AMB4526739177&amp;from=gs-hop</a>	40	R\$ 193,48	R\$ 7.739,20

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA**

1.9. A Ata de Registro de Preços a ser formalizada vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, sob a égide do Decreto 8.241/2014 e Lei 14.133/2021.

## **2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, enquanto centro de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços na área de gestão e avaliação educacional, demanda infraestrutura tecnológica compatível com a complexidade e o volume de suas atividades. A manutenção da qualidade e da eficiência operacional do CAEd depende diretamente da disponibilidade de equipamentos de tecnologia da informação (TI) que atendam às necessidades cotidianas dos seus projetos, especialmente aqueles voltados à avaliação educacional, desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e capacitação de profissionais da educação, tornando-se imprescindíveis para a manutenção, segurança e expansão da infraestrutura operacional e de Tecnologia da Informação do Centro.

Os cabos são componentes críticos para assegurar a conectividade de alta performance, a integridade da transmissão de dados e a adequação do parque tecnológico, com vistas a garantir a estabilidade da infraestrutura de rede necessária para o processamento de avaliações educacionais em larga escala.

Por sua vez, os gravadores desempenham um papel fundamental nas políticas de segurança da informação e de contingência do CAEd. Estes equipamentos viabilizam a geração de mídias físicas para o backup isolado, a salvaguarda e o transporte seguro de dados sensíveis e sigilosos inerentes aos instrumentos de avaliação, bem como a distribuição de conteúdos estruturados e relatórios para os entes parceiros, além de viabilizarem a realização de entrevistas estruturadas sobre a aplicação das avaliações de fluência que integram o Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração – PARC.

Desta forma, a contratação destes bens configura-se como um planejamento estratégico de suprimentos para o período de 12 (doze) meses, a fim de mitigar os riscos de indisponibilidade tecnológica, em razão da alta recorrência de solicitações e do elevado volume de consumo desses itens pelas diversas áreas do Centro.

### **2.2. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

Considerando a natureza dos bens a serem adquiridos — equipamentos de TI de uso recorrente e com especificações técnicas padronizadas — a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração. Conforme previsto no Decreto nº 11.462/2023, o SRP pode ser adotado, entre outras hipóteses, quando houver necessidade de contratações frequentes (inciso I) e quando não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado (inciso V):

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

V - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração

No caso em tela, a demanda por itens de TI ocorre de forma variável, em função da dinâmica dos projetos executados pelo CAEd e das necessidades específicas de cada ciclo de avaliação. A impossibilidade de prever com precisão o volume de itens a serem adquiridos ao longo do exercício justifica a adoção do SRP, permitindo maior flexibilidade, economicidade e agilidade nas contratações futuras.

### **3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para sistema de registro de preços.

3.1.1. Poderão participar do presente certame os interessados que pertençam ao ramo de atividade do objeto licitado, atendendo às condições deste instrumento, e que estejam cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), de acordo com o art. 3º do Decreto n. 10.024/2019.

3.1.2. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente nesta licitação, empresas que:

- a) Estejam em recuperação extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que, por estas, tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão/entidade promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
- d) Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- e) Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- f) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº746/2014-TCU-Plenário);
- h) Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017). É admissível a participação de organizações sociais qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º

da Lei 9.637/1998, desde que o objeto desta licitação se insira entre as atividades previstas no Contrato de Gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

3.2. As empresas participantes do procedimento de aquisição dos produtos deverão cumprir regularmente as etapas do procedimento licitatório, apresentando os documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal.

### **3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.3.1. A LICITANTE deverá apresentar, no mínimo, 01 (uma) declaração/atestado de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter aptidão para o fornecimento do produto compatível com o objeto deste Termo de Referência.

3.3.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado;

3.3.1.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante;

3.3.1.3. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

3.3.2. A CONTRATANTE poderá solicitar diligências, para sanar eventuais dúvidas, incluindo cópias de contratos e notas fiscais relacionados com o(s) atestado(s) apresentado(s).

3.3.3. **Poderão, subsidiariamente, ser solicitadas amostras dos itens para aprovação técnica**, devendo estas serem enviadas em até 05(cinco) dias úteis após a solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE. Este prazo poderá ser prorrogado, conforme acordado entre as partes.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

4.1. Todos os itens e seus componentes deverão ser novos, entregues em suas embalagens originais e lacradas, não denotando uso anterior ou recondicionamento.

4.2. A emissão do recebimento definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a CONTRATANTE venha a fazer, baseada na existência de produto inadequado ou defeituoso, no prazo de garantia, conforme legislação vigente.

4.3. Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

4.3.1. Provisoriamente será recebido o produto para verificação de especificações básicas, quantidade, estado físico, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, o pedido poderá ser recusado no todo ou em parte.

4.3.2. Definitivamente será realizada conferência do produto precedida de avaliação técnica, envolvendo testes de funcionamento e verificação do cumprimento de todos os requisitos previstos na especificação técnica detalhada e, estando de acordo com a requisição emitida pela CONTRATANTE, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias da Nota Fiscal ou no documento auxiliar da NF-e (Danfe).

4.4. O fornecimento dos equipamentos deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias, a contar da emissão da Ordem de compra, autorização da aquisição ou documento equivalente a ser emitido pela CONTRATANTE.

4.4.1. O prazo previsto acima poderá ser alterado em comum acordo entre as partes.

#### **DA ENTREGA**

4.5. Os produtos deverão ser entregues na cidade de Juiz de Fora – MG (CEP 36025-005), em endereço a ser indicado pela CONTRATANTE no momento do envio da Ordem de Compra ou documento equivalente.

4.5.1. Poderá haver alteração do endereço de entrega desde que acordado por ambas as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

4.6. O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.7. Havendo a necessidade de troca de produtos eventualmente defeituosos, ou em desacordo com as especificações, a substituição deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis a contar do envio da notificação, sendo todos os custos referentes à coleta e devolução por conta da CONTRATADA.

4.7.1 Poderá haver alteração do endereço de entrega desde que acordado por ambas as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

#### **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas do Decreto nº 8.241/2014 e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. A Contratante poderá convocar a representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **FISCALIZAÇÃO**

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo (s) respectivos substitutos.

## **6. FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado através de crédito em conta da CONTRATADA ou boleto bancário, em até 30 (trinta) dias após a correta emissão e envio da NOTA FISCAL DE VENDA e demais documentos fiscais ou comprobatórios, caso existam, ao seguinte endereço de e-mail: [nfe@fundacaocaed.org.br](mailto:nfe@fundacaocaed.org.br).

6.2. O pagamento à Contratada estará condicionado à verificação e confirmação do correto recebimento dos produtos pela Contratante.

6.3. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal referente a cada solicitação encaminhada, ou seja, para cada Pedido de Compra enviado pela CONTRATANTE.

6.4. No caso de incorreção na nota fiscal ou documento de cobrança, bem como, nos documentos apresentados, inclusive na fatura ou recibo discriminatório ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, a liquidação ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.5. Será de responsabilidade da Contratada o recolhimento dos impostos.

6.6. A Fundação CAEd não possui inscrição estadual.

6.7. Deverão constar obrigatoriamente no corpo da nota fiscal/fatura as seguintes informações:

- a) A data de emissão;
- b) A data de validade;
- c) O número do Processo; AL 011/2026
- d) O número do Pregão Eletrônico; PE SP 006/2026

- e) A identificação do PROGRAMA/PROJETO;
- f) O valor a pagar;
- g) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 7.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento e em sua proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 7.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e locais constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal de venda, na qual constarão as indicações referentes a: a marca, fabricante e modelo.
- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).
- 7.1.4. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e à capacidade técnica e operativa.
- 7.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 7.1.6. Apresentar número de telefone, endereço eletrônico (e-mail), bem como endereço de correspondência da CONTRATADA e/ou do preposto, que prestará esclarecimentos, informações, ou intermediará/atenderá qualquer demanda da CONTRATANTE, relacionado a contratação dos itens adquiridos.
- 7.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos.
- 7.1.8. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar todos os esclarecimentos solicitados.
- 7.1.9. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

### **7.2. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 7.2.1. Encaminhar a Ata de Registro de Preços contendo todas as informações necessárias para que a Contratada cumpra o objeto;
- 7.2.2. Encaminhar a Ordem de compra ou documento equivalente, contendo todas as informações necessárias, como quantidade e local de entrega para que a CONTRATADA forneça o objeto.
- 7.2.3. Verificar minuciosamente a qualidade dos produtos fornecidos e comunicar a CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 7.2.4. Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a conferência do objeto recebido, providenciando as necessárias medidas para regularização de quaisquer irregularidades levantadas durante a vigência da Ata.
- 7.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus ANEXOS.
- 7.2.6. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. É vedada a subcontratação total do objeto da contratação, podendo haver a subcontratação parcial somente no tocante à parcela do serviço de transporte de entrega dos produtos.
- 8.2. Não se enquadra como subcontratação o fornecimento de equipamentos não fabricados pelo licitante.

## **9. DA GARANTIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS**

- 9.1. O período coberto pela garantia será, de forma geral, o prazo legal, a contar do recebimento definitivo do item, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante (garantia contratual). A proponente deverá descrever, ainda, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.
- 9.2. Durante todo o período coberto pela garantia dos produtos (fornecedor + fabricante), a CONTRATADA será responsável por providenciar a substituição de peças e ou troca dos produtos, além de acionar o fabricante, recolher e enviar os produtos, se necessário, acompanhar a execução das medidas que se fizerem necessárias e manter a CONTRATADA informada sobre a tramitação do reparo/substituição, sem nenhum ônus.



**10. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo contratado, com base no art. 29 do Decreto n. 8.241/2014.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas advindas da Ata de Registro de Preços oriunda deste Pregão, serão pagas às expensas dos recursos provenientes dos programas desenvolvidos no âmbito do CAEd, sendo a dotação orçamentária indicada no momento do envio da Ordem de Compra.

## ANEXO II - TABELA DE PRECIFICAÇÃO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

I. Em caso de divergência entre as especificações constantes do COMPRASNET e as especificações constantes do edital, prevalecerão, sempre, as do edital.

II. As especificações detalhadas devem ser consideradas como configuração mínima, portanto, os equipamentos/produtos para serem aprovados deverão atender plenamente ao previsto ou ser de melhor qualidade.

ITEM	OBJETO	ESPECIFICAÇÃO	MARCAS/ MODELO DE REFERÊNCIA	LINK DE REFERÊNCIA	QUANT. ESTIMADA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CABO CAT 5E	CATEGORIA: 5E, U/UTP; NORMAS: ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS NORMAS ANSI/TIA-568 E ISO/IEC 11801; CERTIFICAÇÃO: PRODUTO HOMOLOGADO PELA ANATEL COM CERTIFICADO VÁLIDO; CONDUTOR: COBRE SÓLIDO 100% (VEDADO USO DE CCA/ALUMÍNIO REVESTIDO DE COBRE); BITOLA: MÍNIMA DE 24 AWG; CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: IMPEDÂNCIA DE 100 OHMS $\pm$ 15% E FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO ATÉ 100 MHZ; CONSTRUÇÃO: 4 PARES TRANÇADOS; DESEMPENHO: SUPORTE A REDES 10/100/1000 MBPS (GIGABIT ETHERNET) COM ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS NEXT, FEXT, ATENUAÇÃO E RETURN LOSS; REVESTIMENTO: CAPA EXTERNA EM PVC OU LSZH COM CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA CM; COR: AZUL; IDENTIFICAÇÃO: MARCAÇÃO SEQUENCIAL MÉTRICA NA CAPA COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E CATEGORIA; EMBALAGEM: CAIXA TIPO PULL BOX COM 305 METROS; GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: EXIGÊNCIA DE CATÁLOGO TÉCNICO, FICHA TÉCNICA COMPLETA E CERTIFICADO ANATEL	FURUKAWA, LEGRAND, NEXANS OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR	<a href="https://www.amazon.com.br/Caixa-Cat5e-Furukawa-SohoPlus-305Mts/dp/B09QZZLG69?th=1">https://www.amazon.com.br/Caixa-Cat5e-Furukawa-SohoPlus-305Mts/dp/B09QZZLG69?th=1</a>	50		
2	GRAVADOR DE ÁUDIO DIGITAL	FORMATO DE GRAVAÇÃO: MP3/WAV (MODO VAR/VOR COM ATIVAÇÃO POR VOZ). MICROFONE: INTEGRADO DE ALTA SENSIBILIDADE ALTO-FALANTE: EMBUTIDO, PERMITE OUVIR GRAVAÇÕES DIRETAMENTE NO APARELHO TELA: LCD COM ILUMINAÇÃO COLORIDA BATERIA: INTERNA RECARREGÁVEL (LÍTIO), COM DURAÇÃO DE ATÉ 12 H DE GRAVAÇÃO CONTÍNUA CONECTIVIDADE: USB PARA TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVOS; ENTRADA P2 PARA MICROFONE EXTERNO; ADAPTADOR RJ-11 PARA GRAVAÇÃO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS GRAVAÇÃO INTELIGENTE (INÍCIO AUTOMÁTICO COM DETECÇÃO DE SOM) REGISTRO DE DATA E HORA NO FORMATO 24 H CANCELAMENTO DE RUÍDO BÁSICO. MEMÓRIA INTERNA: MÍNIMO DE 8 GB	TOMATE MT-559, VANDLION V-52 OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR	<a href="https://www.mercadolivre.com.br/gravador-de-voz-profissional-portatil-digital-tomate-preto/up/MLBU3846151872?matt_tool=18956390&amp;utm_source=google_shopping&amp;utm_medium=organic&amp;pd_p_filters=item_id%3AMLB4526739177&amp;from=gshop">https://www.mercadolivre.com.br/gravador-de-voz-profissional-portatil-digital-tomate-preto/up/MLBU3846151872?matt_tool=18956390&amp;utm_source=google_shopping&amp;utm_medium=organic&amp;pd_p_filters=item_id%3AMLB4526739177&amp;from=gshop</a>	40		

## ANEXO III

## MINUTA DA ATA

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PROCESSO: AL 0111/2026

PE SRP 0006/2026

**Vigência: xx de xxxxx de 202x a xx de xxxxx de 202x.**

Gestor: Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – Fundação CAEd - CNPJ: 24.014.569/0001-74

A FUNDAÇÃO CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – FUNDAÇÃO CAEd, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Doutor Romualdo, nº 53, São Mateus, CEP 36025-005, Juiz de Fora/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 24.014.569/0001-74, neste ato denominada simplesmente ÓRGÃO GESTOR DO REGISTRO DE PREÇOS, e a empresa adjudicatária dos itens abaixo citados doravante denominada FORNECEDORA, mediante justo acordo relativo ao **Pregão Eletrônico SRP nº 0006/2026**, homologado em XX/XX/202X, RESOLVEM registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes no Decreto 8.241/2014 e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente ata tem como objeto o registro de preço para a contratação eventual de empresas especializadas em fornecimento de itens de tecnologia da informação (TI) em atendimento às necessidades do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd. As especificações completas estão descritas na CLÁUSULA SEGUNDA e no Edital do PE SRP 0006/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO**

Empresa: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua/Av. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_.

2.1. A especificação completa do item a ser fornecido está inserida na Planilha de Especificação e Precificação apresentada abaixo:

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	MARCAS/ MODELO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CABO CAT 5E	CATEGORIA: 5E, U/UTP; NORMAS: ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS NORMAS ANSI/TIA-568 E ISO/IEC 11801; CERTIFICAÇÃO: PRODUTO HOMOLOGADO PELA ANATEL COM CERTIFICADO VÁLIDO; CONDUTOR: COBRE SÓLIDO 100% (VEDADO USO DE CCA/ALUMÍNIO REVESTIDO DE COBRE); BITOLA: MÍNIMA DE 24 AWG; CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: IMPEDÂNCIA DE 100 OHMS $\pm$ 15% E FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO ATÉ 100 MHZ; CONSTRUÇÃO: 4 PARES TRANÇADOS; DESEMPENHO: SUPORTE A REDES 10/100/1000 MBPS (GIGABIT ETHERNET) COM ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS NEXT, FEXT, ATENUAÇÃO E RETURN LOSS; REVESTIMENTO: CAPA EXTERNA EM PVC OU LSZH COM CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA CM; COR: AZUL; IDENTIFICAÇÃO: MARCAÇÃO SEQUENCIAL MÉTRICA NA CAPA COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E CATEGORIA; EMBALAGEM: CAIXA TIPO PULL BOX COM 305 METROS; GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: EXIGÊNCIA DE CATÁLOGO TÉCNICO, FICHA TÉCNICA COMPLETA E CERTIFICADO ANATEL.	FURUKAWA, LEGRAND, NEXANS OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR	UNIDADE	50		
2	GRAVADOR DE ÁUDIO DIGITAL	FORMATO DE GRAVAÇÃO: MP3/WAV (MODO VAR/VOR COM ATIVAÇÃO POR VOZ). MICROFONE: INTEGRADO DE ALTA SENSIBILIDADE ALTO-FALANTE: EMBUTIDO, PERMITE OUVIR GRAVAÇÕES DIRETAMENTE NO APARELHO TELA: LCD COM ILUMINAÇÃO COLORIDA BATERIA: INTERNA RECARREGÁVEL (LÍTIO), COM DURAÇÃO DE ATÉ 12 H DE GRAVAÇÃO CONTÍNUA CONECTIVIDADE: USB PARA TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVOS; ENTRADA P2 PARA MICROFONE EXTERNO; ADAPTADOR RJ-11 PARA GRAVAÇÃO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS GRAVAÇÃO INTELIGENTE (INÍCIO AUTOMÁTICO COM DETECÇÃO DE SOM) REGISTRO DE DATA E HORA NO FORMATO 24 H CANCELAMENTO DE RUÍDO BÁSICO. MEMÓRIA INTERNA: MÍNIMO DE 8 GB	TOMATE MT-559, VANDLION V-52 OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR	UNIDADE	40		

2.2. A partir desta data ficam registrados os preços do fornecedor acima relacionado, ofertante do MENOR VALOR POR ITEM, visando o compromisso para futura contratação.

2.3. Os ajustes dos fornecimentos do itens cotado será formalizado mediante Termo de Contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta Ata de Registro de Preços e das disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 0006/2026.

2.4. Os quantitativos apresentados constituem uma estimativa e não refletem obrigação da CONTRATANTE perante a EMPRESA VENCEDORA, por tratar-se de Sistema de Registro de Preços.

2.5. As especificações técnicas constantes no Processo Administrativo do Pregão Eletrônico SRP nº 0006/2026 integram essa Ata de Registro de Preço, independentemente da transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será a FUNDAÇÃO CAEd, a quem caberá a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, de acordo com o disposto no art. 7º do Decreto 11.462/2023.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

4.1. O fornecimento do objeto deverá ocorrer no prazo de até **20 (vinte) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente que será emitido pela CONTRATANTE.

4.1.1. A CONTRATADA se responsabiliza a entregar qualquer quantitativo solicitado pela CONTRATANTE, independentemente do valor da solicitação.

4.1.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

4.2. Os materiais deverão ser entregues na cidade de Juiz de Fora - MG, em um dos seguintes endereços a ser indicado pela **CONTRATANTE** no momento de envio do Pedido de Compra / Ordem de Serviço:

**Unidade CAEd BR 040:** BR-040, KM 783, módulos 05 e 06, galpão 2, Santa Cruz - CEP 36088-410, Juiz de Fora / MG

**Unidade CAEd Dom Orione:** Rua Eugênio Nascimento, 620, Dom Orione, CEP 36038-330, Juiz de Fora / MG

**Unidade CAEd Edifício Blue Tower:** Avenida Barão do Rio Branco, 3053, Centro, CEP 36010-012. Juiz de Fora / MG

**Unidade CAEd São Mateus:** Rua Romualdo, 53, São Mateus, CEP 36025-005 – Juiz de Fora / MG.

4.2.1. Poderá haver alteração dos endereços durante a vigência da ata.

4.2.2. Sendo necessária a entrega dos itens fora da Cidade de Juiz de Fora, deverá haver o prévio aceite da contratada.

4.3. A execução e entrega dos serviços solicitados em um mesmo pedido poderá ocorrer de forma parcelada, desde que haja prévio acordo entre as partes e não represente prejuízos ao cronograma estratégico da CONTRATANTE.

4.4. O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. Havendo a necessidade de troca de produtos eventualmente defeituosos, ou em desacordo com as especificações, a substituição deverá ocorrer em até **10 (dez) dias úteis** a contar do envio da notificação, sendo todos os custos referentes à coleta e devolução por conta da CONTRATADA.

4.6. A detentora da Ata deverá promover a substituição dos produtos entregues com defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis** a contar da solicitação.

4.6.1. O prazo de substituição poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

4.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da qualidade do serviço. Essa qualidade só é percebida no momento da utilização do produto.

## CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS

5.1. Garantia Legal (CDC): Nos termos do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor assegura ao contratante a garantia legal mínima de 90 (noventa) dias para os produtos duráveis ora adquiridos, contados a partir da entrega efetiva do objeto. Durante este período, o fornecedor se responsabiliza pela reparação ou substituição de vícios aparentes ou ocultos que comprometam a qualidade, segurança ou funcionalidade do produto.

5.2. Garantia Contratual do Fabricante: Além da garantia legal, o fabricante concede garantia contratual adicional, abrangendo defeitos de fabricação, materiais e montagem. Esta garantia será prestada sem ônus ao contratante, mediante apresentação da nota fiscal e observância das condições de uso e manutenção indicadas pelo fabricante

5.3. Condições de Atendimento:

5.3.1. O fornecedor deverá providenciar, sem custos adicionais, o reparo ou substituição do produto defeituoso durante todo o prazo de garantia (legal e contratual).

5.3.2. Caso não seja possível o reparo, será realizada a substituição por produto idêntico ou equivalente, em conformidade com o art. 18 do CDC.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. É vedada a subcontratação total do objeto da contratação, podendo haver a subcontratação parcial somente no tocante à parcela do serviço de transporte de entrega dos produtos.

6.2. Não se enquadra como subcontratação o fornecimento de equipamentos não fabricados pelo licitante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE DA ATA E DA REVISÃO DOS PREÇOS**

7.1. A presente Ata de Registros de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que o preço seja comprovadamente vantajoso.

7.2. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registros de Preços.

7.3. Durante o prazo de vigência desta Ata, a FUNDAÇÃO CAEd não será obrigada a firmar contratações que poderão advir desse certame/Pregão Eletrônico, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, garantindo-se ao beneficiário do Registro de Preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7.4. O preço registrado poderá ser revisto, a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, conforme estabelece o art. 25 ao 26 do Decreto nº. 11.462/23, cabendo ao órgão gerenciador da Ata convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

7.5. Frustrada a negociação com o vencedor, o Gestor da presente Ata poderá cancelar o Registro de Preços, ou convocar os demais fornecedores para oferecerem novas propostas, obedecendo à ordem de classificação, dando-lhes tratamento de igualdade nas negociações.

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a FUNDAÇÃO CAEd poderá liberá-lo(s) caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados, e convocará os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE**

8.1. A licitante declara, no ato de celebração desta ata, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos, e assume o compromisso de manter durante a validade desta Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Instrumento Convocatório desta licitação.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Poderá sofrer sanções, como o impedimento de participar de seleções públicas, licitações e de contratar com a FUNDAÇÃO CAEd, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicando-se, no que for compatível com as normas que regem as fundações de apoio, as disposições da Lei nº 14.133/21, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o participante que descumprir de maneira grave ou reincidentemente as disposições da presente ATA.

9.2. Havendo descumprimento de obrigações, será, inicialmente, remetida notificação à empresa, por meio de ofício, mediante contrarrecibo, estabelecendo prazo imediato para cumprimento dos encargos descumpridos.

9.3. Descumprido o prazo estipulado no item 9.2 ou caso não seja possível a resolução de falha identificada, em razão do decurso do tempo, a fornecedora poderá ser advertida, o que se decidirá após procedimento sancionador simplificado, conduzido pela Fundação CAEd.

9.4. Quando a gravidade do inadimplemento exigir a aplicação de penalidade superior à prevista no item anterior, aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato a cada ocorrência incorrida pelo fornecedor, sem prejuízo das demais penalidades.

9.5. Não havendo mais interesse da FUNDAÇÃO CAEd na execução do objeto, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da empresa vencedora de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, nos termos do inciso II do art. 156 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da reparação de eventuais danos suportados pela FUNDAÇÃO CAEd.

9.6. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeito o fornecedor, aplicando-se, no que for compatível com as normas que regem as fundações de apoio, as disposições da Lei nº 14.133/21.

9.7. Qualquer penalidade somente será aplicada após regular processo administrativo simplificado, no bojo do qual serão garantidos ao participante o contraditório e a ampla defesa.

9.8. As penalidades previstas poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos comprovados.



**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO**

10.1. A licitante terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela FUNDAÇÃO CAEd, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Não assinar, injustificadamente, a Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes, no prazo estabelecido pela FUNDAÇÃO CAEd;
- e) Verificadas razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- f) Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3. A licitante poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a futura execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

10.4. Sempre que houver revisão de preços, mesmo nas hipóteses previstas nos itens anteriores, a licitante deverá justificá-lo anexando planilha de formação de preço.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

- 11.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento e em sua proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 11.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e locais constantes neste instrumento, assim como fornecer exatamente o quantitativo indicado na Ordem de Serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal de venda, na qual constarão as indicações referentes a: a marca, fabricante e modelo dos itens fornecidos.
- 11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).
- 11.1.4. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e à capacidade técnica e operativa.

11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6. Apresentar número de telefone, endereço eletrônico (e-mail), bem como endereço de correspondência da CONTRATADA e/ou do preposto, que prestará esclarecimentos, informações, ou intermediará/atenderá qualquer demanda da CONTRATANTE, relacionado a contratação dos itens adquiridos.

11.1.7. Prestar, de forma tempestiva, todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos.

11.1.8. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar todos os esclarecimentos solicitados.

11.1.9. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.1.10. Garantir que os produtos fornecidos atendam integralmente às normas técnicas aplicáveis (ex.: ABNT, Inmetro), apresentando certificados ou laudos quando exigidos.

11.1.11. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer itens entregues que apresentem defeitos, vícios ou não estejam em conformidade com as especificações técnicas, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após a notificação.

11.1.12. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, manuseio e descarregamento dos bens até o local indicado pela CONTRATANTE, garantindo que não haja danos ao patrimônio da instituição.

11.1.13. Manter sigilo sobre informações, documentos e dados obtidos em razão da execução contratual, não podendo utilizá-los para fins diversos do cumprimento do objeto.

11.1.14. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade subsidiária ou solidária.

11.1.15. Manter equipe de atendimento disponível para suporte pós-entrega, a fim de esclarecer dúvidas técnicas, orientar sobre uso e manutenção dos bens e atender eventuais demandas da CONTRATANTE.

11.1.16. Comunicar previamente à CONTRATANTE qualquer alteração societária, de endereço ou de dados cadastrais que possa impactar na execução contratual.

11.1.17. Cumprir integralmente as normas de saúde, segurança e meio ambiente aplicáveis, especialmente quanto ao descarte de embalagens e resíduos decorrentes da entrega dos bens.

11.2. São obrigações da CONTRATANTE:

11.2.1. Encaminhar à CONTRATADA a Ata de Registro de Preços contendo todas as informações necessárias para o cumprimento do objeto;

11.2.2. Encaminhar a Ordem de Compra, ou documento equivalente, contendo todas as informações necessárias, como quantidade e local de entrega para que a CONTRATADA realize o fornecimento do objeto.

11.2.3. Verificar minuciosamente a qualidade dos produtos fornecidos e comunicar a CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

11.2.4. Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a conferência do objeto recebido, providenciando as necessárias medidas para regularização de quaisquer irregularidades levantadas durante a vigência da Ata.

11.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus ANEXOS.

11.2.6. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado através de crédito em conta da CONTRATADA ou boleto bancário, em até 30 (trinta) dias após a correta emissão e envio da **NOTA FISCAL DE VENDA** ao seguinte endereço de e-mail: nfe@fundacaocaed.org.br.

12.2. O pagamento à CONTRATADA estará condicionado à verificação e confirmação do correto recebimento dos produtos pela CONTRATANTE.

12.3. Deverá ser emitida uma nota fiscal referente a cada solicitação encaminhada, ou seja, para cada Pedido de Compra enviado pela CONTRATANTE.

12.3.1. A descrição dos itens fornecidos, lançados na Nota Fiscal, deverá ser idêntica às constantes no Pedido de Compra.

12.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

12.5. Será de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento dos impostos.

12.6. A FUNDAÇÃO CAEd não possui inscrição estadual.

12.7. Deverão constar obrigatoriamente no corpo da nota fiscal/fatura as seguintes informações:

- a) a data da emissão
- b) a data de validade
- c) o número do Processo; AL 0111/2026
- d) o número do Pregão Eletrônico; PE SRP 0006/2026
- e) a identificação do PROGRAMA/PROJETO
- f) o valor a pagar
- g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

13.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. As partes poderão pactuar sobre o afastamento da incidência do reajuste, bem como dispor sobre a aplicação de índices diversos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS PRAZOS PARA RESPOSTA AOS REQUERIMENTOS**

14.1. As solicitações dirigidas à CONTRATANTE, referentes a pedidos de reequilíbrio contratual, reajuste, repactuações e demais temas correlatos, serão respondidas no prazo de até 01 (um) mês, contado da conclusão da instrução, admitida a prorrogação motivada por igual período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas do Decreto nº 8.241/2014 e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, aplicando-se de forma análoga o que dispõe o art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

16.2. Na hipótese da rescisão por culpa da licitante vencedora, fica a FUNDAÇÃO CAEd autorizada a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos corrigidos a que aquela tenha direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO**

17.1. As partes declaram ter conhecimento de que estão sujeitas à legislação brasileira anticorrupção, em especial, a Lei nº 12.846/13, seus respectivos regulamentos e alterações posteriores aplicáveis.

17.2. As partes declaram que não aliciaram, subornaram ou receberam qualquer tipo de benefício dos seus empregados, agentes, representantes ou outras pessoas físicas ou jurídicas para concretização da presente contratação.

17.3. Qualquer uma das partes deverá notificar a outra, imediatamente, por escrito, tão logo desconfie ou tenha conhecimento de qualquer descumprimento da presente Cláusula, independentemente, de tal

descumprimento ter ocorrido antes ou depois do prazo de vigência da presente ata ou de instrumento contratual dela decorrente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VEDAÇÃO À CESSÃO DE CRÉDITOS**

18.1 Fica expressamente proibida a cessão dos direitos creditórios relativos aos pagamentos devidos pela Contratante, sendo nula de pleno direito qualquer tentativa de cessão sem o consentimento prévio, formal e por escrito da Fundação CAEd.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

19.1. A Fundação CAEd realizará o tratamento dos dados pessoais da Contratada, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais (LGPD), procedendo à coleta, recepção, tratamento e armazenamento dos dados necessários, com fundamento nas hipóteses do art. 7º, incisos II e V, da referida lei. Os dados pessoais serão armazenados e mantidos nas bases de dados do Fundação CAEd pelo prazo necessário ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares a que a entidade está sujeita, conforme permissivos do art. 16 da LGPD.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. As disposições e especificações previstas no Edital e Termo de Referência vinculam e obrigam o CONTRATANTE, independente de transcrição nesta Ata.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

21.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Registro de Preços será o da Justiça Comum da Comarca de Juiz de Fora – MG.

Juiz de Fora, XX de XXX de 202X.

Lina Kátia Mesquita de Oliveira  
Diretora Executiva  
CPF nº 221.788.306-25

Eleuza Maria Rodrigues Barboza  
Diretora Superintendente  
CPF nº 328.354.006-30

Representante Legal da Contratada

CPF nº

Testemunhas:

1.

CPF:

2.

CPF: